

Demissão de servidor reduz

Brasília, domingo, 24 de junho de 1990 7

vendas no DF

RAUL RAMOS

A economia do Distrito Federal já está se ressentindo dos efeitos provocados pelas demissões efetuadas pelo Governo com a reforma administrativa. O comércio, que experimentou um momento positivo logo após a edição do plano econômico, começou a amargar uma redução significativa do consumo. A avaliação do setor é de que a crise deverá aumentar nos próximos meses.

Há uma sensível preocupação por parte do empresariado local quanto a uma perda do dinamismo da economia como um todo, em razão dos cortes de gastos públicos. Esse é o motivo que levou a Associação Comercial do DF a promover, na próxima terça-feira, seminário sobre os 100 primeiros dias do Governo Collor. Os debates contarão com a participação do professor Dércio Garcia Munhoz, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), que fará um balanço das medidas econômicas adotadas e seus reflexos na economia do Distrito Federal.

De acordo com o vice-presidente da ACDF, Almir Gomes, logo após o plano econômico houve uma retração geral do comércio em função do aperto de liquidez (dinheiro em circulação). Depois da liberação das folhas salariais de março, porém, ocorreu uma explosão de consumo, em abril e maio, decorrente sobretudo da volta do crediário, que havia desaparecido durante o período de aceleração inflacionária recente, somado à perda de credibilidade do sistema financeiro, que teve seus ativos confiscados. Mas em junho, com o início do enxugamento da máquina administrativa, o comércio começou a ser afetado negativamente, com diminuição do consumo em todos os setores.

Para Almir Gomes, essa retração resulta da combinação de dois fatos: as demissões e colocações em disponibilidade de servidores, com redução dos salários, e também a venda proximaamente dos imóveis funcionais. "É um dado inquestionável. Quando o funcionário não sabe o que vai acontecer com o seu emprego, ele tende a economizar, porque não sabe o que o aguarda no futuro. Além disso, muitos estão poupando para poder dar entrada exigida de 10 por cento do valor do imóvel funcional", analisa.

SOCIAL

O vice-presidente da ACDF observa que há uma estreita relação de causa e efeito entre salários do funcionalismo e o nível de vendas do comércio local. Ou seja, quando o poder aquisitivo da categoria é maior, há também um crescimento de vendas. "Em 1985, o arrocho salarial foi tão forte, que o Natal se aproximava e o nível de vendas permanecia inalterado. Em dezembro, o Governo concedeu um abono e as vendas decolaram", lembra.

Para o economista Dércio Munhoz, em função de Brasília ser uma cidade eminentemente administrativa, é natural que a economia fosse afetada pela reforma. A seu ver, o impacto será proporcional à extensão das demissões

ARQUIVO



Almir: microempresa pode ser solução

de servidores, pois, com a redução da renda de boa parte das famílias, há uma tendência de diminuição de compras. Isso afetará, numa segunda etapa, a indústria, o comércio e o sistema financeiro, que poderão também ser forçados a promover demissões.

Mais grave que o problema econômico, porém, na avaliação de Dércio Munhoz, será a crise social que atingirá o Distrito Federal. Para ele, é praticamente certo que as demissões no setor privado se apliquem sobre a mão-de-obra desqualificada, com o risco de haver um crescimento considerável da marginalidade.

Almir Gomes acha que se o Governo cumprir à risca a meta de reduzir em 30 por cento do quadro de servidores em todos os órgãos públicos, em Brasília pelo menos 200 mil consumidores estarão em dificuldades de imediato. "Estima-se que há 150 mil funcionários lotados no Distrito Federal, nas administrações direta e indireta. Uma redução de 30 por cento significaria o desemprego de 45 mil pessoas", raciocina ele, calculando que cada uma sustenta uma família com quatro a cinco pessoas em média.

MICROEMPRESAS

A instalação de microempresas, segundo Almir Gomes, seria a solução de curto prazo para minimizar o problema, pois entende que os funcionários afastados poderiam, com as indenizações recebidas, iniciar seu próprio negócio, gerando cada um cerca de quatro empregos. Mas a alternativa esbarra num entrave burocrático: o Governo do Distrito Federal proibiu, indefinidamente, a instalação de novas microempresas, porque muitas empresas que não se adequavam exatamente na definição de microempresa estavam se registrando assim para se beneficiarem da isenção de impostos.

Já o presidente da Associação Comercial, Nuri Andraus, entende que o Distrito Federal deve implementar rapidamente o Programa de Desenvolvimento Industrial (Proin), como forma de reduzir a dependência da cidade para com o setor público. Para ele, se essa medida não andasse "em passos tão lentos", em função de entraves de natureza burocrática e financeira na órbita do GDF, poderia ter contribuído para que a "máquina pública não estivesse tão inchada assim".